



OS CAMINHOS DA LIBERDADE

Com as palavras que se seguem, pretende-se colocar nas mãos de todos nós uma ARMA que nos ajude a contribuir para a grande tarefa que é a **construção da DEMOCRACIA**. Arma de PAZ, porque de ideias, ela vai auxiliar-nos a explicar a todos o que pretende o MFA para o Povo:

DEMOCRATIZAR para que todos tenham o direito de exprimir em LIBERDADE as suas ideias, e de serem representados por quem livremente escolherem.

DESCOLONIZAR para restituir aos povos de África a mesma liberdade que queremos para nós.

DESENVOLVER o país, na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, para acabar com a miséria que o colocou nos últimos lugares da Europa.

A acção conjunta das Forças Armadas **com o Povo a que pertencem**, através da execução daquelas três acções fundamentais, construirá os **CAMINHOS DA LIBERDADE**. Para isto, é evidentemente necessário que cada um de nós seja um **militante** deste ideal; que cada um de nós ponha de parte o egoísmo e considere que só com trabalho em conjunto, na sua unidade militar, no seio da família, no círculo dos amigos da sua terra, se conseguirá arrancar Portugal da miséria.

Embora o regime deposto em 25 de Abril não se cansasse de afirmar que o País ia «de vento em popa», que o povo

melhorava a olhos vistos o seu nível de vida, que os que nos combatiam em África eram «terroristas», que os que se opunham ao governo eram bandos de «comunistas», todos nós, mais tarde ou mais cedo, acabámos por compreender que assim não era. Quando visitávamos a nossa terra e a víamos mais miserável, quando os nossos pais e irmãos partiam para o estrangeiro à procura do que cá não havia, quando os nossos irmãos e os nossos amigos morriam em África ou de lá voltavam estropiados, quando sabíamos preso pela Pide quem ousasse denunciar as vigarices do governo, tomávamos então consciência da mentira em que nos faziam viver.

É a grande história da luta de um Povo contra a mentira e a miséria que vamos procurar contar em poucas palavras.

1. COMO NASCEU O 25 DE ABRIL

Quem beneficiava das riquezas do nosso País e das terras de África? Seriam os trabalhadores de Portugal e os povos que lá viviam, como o governo nos queria fazer crer? Se assim acontecesse o nosso Povo seria rico e próspero, não teria que emigrar, as suas aldeias teriam água, luz, esgotos e escolas, haveria de vestir e de comer para todos; se assim acontecesse não se teriam revoltado os povos africanos contra quem os oprimia e escravizava, em vez de ajudar a desenvolver e viver em liberdade.

Fomos portanto, a pouco e pouco, percebendo que **quem beneficiava com as riquezas** que o Povo tirava da terra e do suor do seu corpo, **eram os grandes senhores e não as classes trabalhadoras**. Guardando para si o que o Povo produzia, os ricos ficavam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

Estas duas circunstâncias arrastavam-nos para um abismo de que não se via o fim: um regime económico e social que

dava mais dinheiro a quem já o possuía, e uma guerra sem justificação, sem justiça e sem esperança.

Isto era o fascismo!

Mas para onde ia então o que os trabalhadores produziam? Como é que o operário, o camponês, o pequeno comerciante e o pequeno agricultor tinham uma vida cada vez mais difícil? Vamos tentar explicar. O operário fazia, por exemplo, uma peça que valia 50 e o patrão vendia-a por 100 e pagava 20 ao operário; é claro que isto é apenas um exemplo, mas através dele duas coisas nos saltam à vista: que o patrão guardava para si a diferença entre o valor que o operário produzia e o que este recebia e um **gordo lucro** que aumentava imenso o preço que o consumidor por ela teria de pagar. Exemplos semelhantes se poderiam citar em relação ao camponês ou ao pescador: o patrão e o intermediário conservavam a «parte de leão» do produto do trabalho e nós íamos pagá-lo por duas ou três vezes mais do que aquilo que seria justo.

Deste modo **injusto** e **escravizante** se processavam as relações capitalistas. Foi para acabar com esta escravidão que o Povo sempre lutou e levou as Forças Armadas (que ao Povo pertencem) a iniciarem a Revolução em 25 de Abril.

Das terras do Ultramar, tiravam os mesmos capitalistas, que em Portugal exploravam o Povo, o dinheiro para engrossar as suas algibeiras. E mesmo assim o governo queria fazer crer aos portugueses que lutavam e morriam por uma causa justa! A guerra, com todo este cortejo de misérias, foi a gota de água que fez transbordar o copo: a exploração do Povo pelos capitalistas que o governo protegia, e a guerra onde se matava e morria por causas que o povo não compreendia, decidiram as Forças Armadas — esse mesmo Povo em armas — a derrubar o governo dos ditadores e grandes capitalistas. Mas será suficiente tirar esse governo do seu poleiro para que o País passasse a viver melhor?

2. O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS E O SEU PROGRAMA

É claro que não chegava tirar um governo e pôr outro para acabar com a miséria. Não era suficiente dizer **BASTA** aos que se julgavam os donos de Portugal e do seu Povo! Era preciso **saber o que o Povo queria**, era preciso propor um conjunto de **medidas que permitissem ao Povo tomar o destino nas próprias mãos**.

Assim nasceu o programa do MFA.

Para compreender o que diz o programa não há como lê-lo; no entanto vamos tentar, em poucas palavras, dizer o que é o programa, o que já se fez com ele e o que há ainda por fazer. Assim, vamos pôr o programa ao lado deste livrinho e acompanhar o que o programa diz, o que dele já se cumpriu e o que há ainda a fazer.

Sem dúvida que, de tudo, o mais importante foi o fim da guerra colonial. Desde há muito que **o Povo exigia ao regime a Paz nas colónias e uma solução justa**.

— Estes objectivos foram já conseguidos na maior parte dos territórios de África, através de conversações com os representantes dos seus Povos — os Movimentos de Libertação.

A Guiné tornou-se independente em 10 de Setembro de 1974. Moçambique será um novo País em 25 de Junho de 1975.

São Tomé e Príncipe será senhor do seu próprio destino em 12 de Junho próximo ano.

Em Angola a guerra acabou também e estão a fazer-se negociações para que ela se governe a si própria dentro em pouco. Esta obra imensa foi feita por vontade comum do Povo português e dos Povos daquelas terras. No próximo ano o mundo terá, pelo menos, mais três países onde se falará português e onde o nome de Portugal será encarado com amizade!

— A **Pide - DGS** acabou e os seus membros, que tanto mal fizeram ao Povo, estão presos e a aguardar o julgamento dos seus crimes monstruosos.

— A **censura** aos jornais, TV, Teatro e Cinema já não existe. Iniciaram-se já medidas para acabar com a especulação na alimentação e nas rendas de casa, por exemplo. Neste campo é, porém, necessário que o Povo colabore com o Governo na detecção de infractores.

— Os trabalhadores são agora livres de se associarem para defesa dos seus interesses — nos **sindicatos**.

— São agora acarinhados os métodos que permitem aos pequenos produtores defenderem-se e proteger a bolsa de todos nós — as **cooperativas**.

— Os **partidos políticos** desenvolvem em liberdade as suas actividades — agrupar os cidadãos para discussão e procura em comum das melhores soluções para o seu futuro.

— Já estão lançadas algumas bases de **uma nova economia que sirva as classes trabalhadoras** e as proteja contra o aumento do custo de vida.

No entanto muito há ainda por fazer. Por exemplo neste último campo — o de uma nova política económica — haverá ainda que adoptar muitas e profundas medidas.

Em Portugal o dinheiro estava e está todo nas mãos dos **grande capitalistas, dos grandes proprietários**, e estes não se convencem com facilidade (ou até não se convencerão) a partilhar a sua riqueza com os trabalhadores. Por outro lado, a maior parte do dinheiro que o Estado devia empregar em obras para o povo — desenvolvimento das aldeias, educação para todos, assistência médica — ia para pagar a guerra. Era quase metade do total daquele dinheiro! Temos, no entanto, que ter em atenção que as despesas militares se vão prolongar ainda por algum tempo, pois só assim asseguraremos uma descolonização que corresponda aos desejos dos povos africanos e dos portugueses radicados em África.

Assim, todos perceberão que **não é possível em poucos meses arranjar uma vida melhor** para todos. O Povo tem que ter serenidade e trabalhar afincadamente para o bem comum. Não quer isto dizer que os trabalhadores devem ficar calados e não devem reivindicar melhores condições de vida e exigir ao Governo medidas antimonopolistas. O que devem é compreender que não é possível construir um País novo em tão pouco tempo! **A impaciência é fascista** disse José Gomes Ferreira — um grande poeta português ainda vivo! Mas a impaciência que se traduza por uma grande vontade de fazer progredir o País, essa é **o caminho da grande vitória!**

Em tão pouco tempo, poucos meses, **já foram grandes as conquistas que o Povo alcançou.** Por exemplo, o salário mínimo nacional: fixado pelo Governo Provisório em 3300\$00 beneficiou mais de 50 % dos trabalhadores de Portugal que ganhavam menos que aquela quantia! Há então agora que criar mais riqueza. Mas como? Primeiro que tudo poupando, não gastando dinheiro senão no essencial e depositando esta poupança nos Bancos do Estado, como por exemplo a Caixa Geral de Depósitos ou o Banco Nacional Ultramarino; depois, dizendo aos nossos familiares e aos nossos amigos que emigraram para o estrangeiro que mandem o dinheiro que conseguem juntar para Portugal, a fim de poder contribuir para o desenvolvimento do País. Outra maneira de todos colaborarem com o desenvolvimento económico e a **luta contra a subida do custo de vida,** é conhecer os preços máximos por que podem ser vendidos os produtos alimentares, recusar comprá-los a preços superiores e denunciar quem especula; e ainda estar vigilante na fábrica e no campo **impedindo o patrão de despedir sem justa causa os trabalhadores,** não deixando que ele guarde produtos sem os lançar no mercado, não permitindo que ele açambarque o açúcar, enterre a azeitona ou queime as searas!

O que o MFA, o Governo Provisório e as massas populares já fizeram é muito, mas o que há a fazer é ainda obra de gigantes, **terá que ser obra de todos nós!**

A maior garantia de que teremos um futuro em PAZ e LIBERDADE é defender e consolidar a **UNIÃO DO POVO COM AS FORÇAS ARMADAS, E A ALIANÇA DAS FORÇAS DEMOCRÁTICAS COM O MFA.**

3. QUEM GOVERNA EM PORTUGAL ?

Em primeiro lugar, o Presidente da República — a quem compete vigiar pelo cumprimento das leis, nomear o Governo Provisório e exercer o Comando Supremo das Forças Armadas. É o mais alto representante da Nação e a ele compete dirigir a política externa do Estado, isto é, as relações com os países estrangeiros.

A seguir vem a Junta de Salvação Nacional, que é constituída pelo Presidente da República e por dois oficiais do Exército, dois da Armada e dois da Força Aérea. A ela compete vigiar pelo cumprimento do Programa do MFA até que estejam eleitos democraticamente um novo Presidente da República e uma Assembleia Legislativa, ou seja, uma Assembleia encarregada de fazer as **LEIS E VIGIAR O SEU CUMPRIMENTO.**

Há depois o Governo Provisório, constituído por um Primeiro Ministro e por nove Ministros, responsáveis pela Defesa, Educação e Cultura, Equipamento Social e Ambiente, Negócios Estrangeiros, Justiça, Trabalho, Administração Interna, Comunicação Social, Administração Interterritorial, Economia e Finanças, havendo ainda quatro ministros chamados Ministros sem Pasta, e a quem compete auxiliar o Primeiro Ministro em trabalhos que este ache necessário. Seis destes ministros são militares e os restantes são pertencentes a partidos políticos

ou pessoas independentes, mas que se comprometeram a seguir o programa do MFA.

Ao Governo Provisório compete dirigir a política geral da Nação, isto é, fazer as leis que regem a vida do povo.

Há ainda o Conselho do Estado, que é constituído pelos sete membros da Junta de Salvação Nacional, por sete representantes do MFA (os membros da Comissão Coordenadora do Programa do MFA) e por sete cidadãos escolhidos pelo Presidente da República. Ao Conselho de Estado pertence a feitura das leis, até que o Povo tenha eleito os seus representantes para esse fim.

Podará esta descrição dar a entender que «há gente demais a mandar»? Mas não é o caso. Para uma tarefa tão grande e tão importante como é a execução do Programa do MFA, há que dividir tarefas e, como é norma das sociedades democráticas, vigiar por que todos executem o que lhes compete dentro de critérios justos.

Estes órgãos e pessoas cujas funções se descreveram foram colocados naquelas posições pelo MFA para fazerem cumprir o que se diz no seu Programa, e até que o Povo eleja directamente os seus representantes.

No entanto, temos que ter em atenção que para tão grande tarefa, como é o da construção de um Portugal novo, é preciso o esforço e a dedicação de todos os portugueses.

Os caminhos da liberdade são longos e duros, mas não podemos desesperar com as dificuldades que nos aparecem! Não é possível fazer-se num ano o que regime fascista não fez e destruiu em 48 anos!

E a Igreja? Qual é o seu papel na democratização do País?

A **liberdade religiosa** é um dos princípios fundamentais de qualquer regime democrático, isto é, a liberdade que cada um de nós tem de praticar a religião que quiser ou até de não praticar nenhuma.

4. O QUE SÃO OS PARTIDOS POLÍTICOS ? QUAIS SÃO OS PARTIDOS QUE ESTÃO NO GOVERNO ? O QUE QUEREM OS PARTIDOS ?

Os **partidos políticos** são organismos que reúnem cidadãos que têm as mesmas ideias sobre o modo como deve governar-se o país, sobre as leis que mais convêm ao bem de todos. São organismos muito importantes porque fazem, por um lado, com que todos aprendamos a trabalhar uns com os outros, e por outro lado, da discussão entre eles nascerão, com certeza, as melhores maneiras de governar a Nação.

É claro que só poderão existir os **partidos democráticos**, isto é, os que respeitem as ideias dos restantes e não julguem que só eles têm a verdade.

Por isso é que a União Nacional e, mais tarde, a Acção Nacional Popular não eram partidos democráticos, pois só eles podiam existir e não respeitavam as ideias dos outros.

Num regime democrático, como aquele que estamos a construir, há **LIBERDADE PARA TUDO MENOS PARA DESTRUIR A LIBERDADE.**

Quando no Governo está mais do que um partido, como acontece com o nosso, chama-se-lhe um **governo de coligação.**

Quais são então os partidos da coligação?

São o PCP, o PPD e o PSP, ou seja, o Partido Comunista Português, o Partido Popular Democrático e o Partido Socialista Português. São estes os três principais partidos que existem em Portugal.

Será nestes partidos, ou noutros que respeitem e lutem também pela democracia, que o Povo português irá votar nas **PRIMEIRAS ELEIÇÕES LIVRES** desde há mais de 48 anos.

Devemos todos, portanto, procurar informação sobre os **programas** dos partidos políticos, ou seja, o que eles prometem realizar para bem do Povo. Não devemos ter medo dos partidos políticos pois eles são um órgão importante numa sociedade **DEMOCRÁTICA.**

5. QUAL É O PARTIDO DAS FORÇAS ARMADAS ?

As Forças Armadas têm partido? É claro que não! As Forças Armadas querem é que se criem em Portugal as condições que permitam aos partidos políticos e a todos os cidadãos em geral exprimirem-se em LIBERDADE. **As Forças Armadas não defendem nenhum partido** nem querem impor ao País nenhum regime. As Forças Armadas querem, em conjunto, e através de cada um dos seus membros, aplicar medidas de carácter económico, social e cultural que garantam ao cidadão o exercício da sua liberdade política. Depois de escolhidos os representantes do Povo, as Forças Armadas limitar-se-ão a velar pela continuação da existência das LIBERDADES DEMOCRÁTICAS em Portugal, seja qual for o partido que ganhe as eleições para a Assembleia Legislativa. Até lá, **as Forças Armadas são o árbitro do jogo político em que todos os portugueses devem ser jogadores**: são a garantia de que há e haverá LIBERDADE para o povo escolher.

6. E O FUTURO ?

Para já, o nosso primeiro acto como cidadãos livres vai ser a eleição da Assembleia Constituinte, em 1975. Mas o que é uma Assembleia Constituinte? Pois é um conjunto de pessoas **eleitas por todos nós** que vão escrever **uma nova Constituição**, isto é, um conjunto de leis que irão dizer como vai ser a futura organização política e económica do País.

Mas quem vai eleger aquela Assembleia? Todos nós, isto é, todos aqueles que tenham mais de 18 anos e que se recensearem, ou seja, todos os que derem o seu nome para poderem ir votar. Esta operação, o recenseamento, **é obrigatória**, e se não dermos agora a nossa identidade para esse efeito, não poderemos contribuir para a eleição dos nossos representantes.

É importante, é fundamental, que todos nós mostremos ao mundo que queremos viver em **LIBERDADE** e que somos capazes de **CONSTRUIR O NOSSO FUTURO**. A maior garantia de que conseguiremos este objectivo é a **UNIDADE DO POVO COM AS FORÇAS ARMADAS E A FIRME ALIANÇA ENTRE AS FORÇAS DEMOCRÁTICAS E O MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS**.